

XV SCIENCULT

VII EIDH

XV SIMPÓSIO CIENTÍFICO CULTURAL
VII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS



CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

28 a 31 de outubro de 2025

Paranaíba, MS

Organização:

Centro de Pesquisa, Extensão e Educação em Direitos Humanos - CEPEED

Curso de Ciências Sociais, Curso de Direito e Curso de Pedagogia.

Coordenadores gerais do evento:

Dr. Alexandre de Castro
Dr. Luiz Gustavo Boiam Pancotti
Dra. Roberta Alessandra Pantoni

Coordenação Científica:

Dr. Alexandre de Castro
Dra. Susy dos Santos

Comissão Científica:

Dr. André Del Negri
Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti
Dr. Isael José Santana
Dr. José Antonio de Souza
Dra. Juliana do Prado
Dra. Lisandra Moreira Martins
Dra. Lucélia Tavares Guimarães
Dra. Luciana Henrique da Silva
Dr. Lucilo Antonio Rodrigues
Dr. Luiz Gustavo Boiam Pancotti
Ma. Eva Maria Cogo da Silva
Ma. Iris Cristina Gomes do Nascimento Ferreira
Me. Rodrigo Cogo
Dra. Roberta Alessandra Pantoni
Dra. Tânia Regina Zimmermann

Apoio Técnico Digital:

Dr. Renato Lustosa Sobrinho

Comissão Financeira:

Dr. Alexandre de Castro

Simpósio Científico- Cultural (10.: 2025, Paranaíba, MS)

Caderno de programação e resumos/ XV Simpósio Científico-Cultural, VII Encontro Internacional de Direitos humanos. Organização de Alexandre de Castro; Luiz Gustavo Boiam Pancotti e Roberta Alessandra Pantoni. Paranaíba, MS: UEMS, 2025.

30p

Bianual.

E-ISSN: 2178-9614.

Tema: Sociedade, Ensino e Direitos Humanos na era digital: avanços e retrocessos

1. Simpósio -Educação –Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul –
Cadernos. I. Castro, Alexandre de. II. Pancotti, Luiz Gustavo Boiam. III. Pantoni,
Roberta Alessandra.

CDD 23. ed. - 370

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(UEMS)

Susy dos Santos Pereira CRB1º1783

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, realizará neste ano de 2025 o **XV Simpósio Científico-Cultural - SCIENCULT** e o **VII Encontro Internacional de Direitos Humanos - EIDH** com o tema "Sociedade, Ensino e Direitos Humanos na era digital: avanços e retrocessos".

O evento se propõe ao debate acadêmico aprofundado e interdisciplinar, tendo como foco a discussão e análise de diversos contextos, sobretudo, em torno das possíveis mudanças, desafios e problemas decorrentes da revolução tecnológica. Espera-se deste modo fomentar o debate e a discussão científica, legal e pedagógica, por meio do diálogo de temáticas que se inter-relacionam em diversos campos, como no âmbito dos direitos humanos, políticas públicas, ensino, sociedade entre outros temas e propostas que envolvem, todavia, as áreas temáticas dos cursos de Ciências Sociais, Direito e Pedagogia.

O XV SCIENCULT 2025/VII EIDH, manterão as tradicionais apresentações culturais, palestras, minicursos, exposições de trabalhos e pesquisas produzidas por discentes e docentes concluídas e/ou em andamento em diversos grupos de trabalho (GTs), proporcionando aos participantes um intenso e enriquecedor momento de análise e compreensão de diversos aspectos que envolvem avanços e retrocessos colocados em nosso contexto social.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: O PAPEL DAS THINK TANKS | 09 |
| <i>Mateus de Oliveira Alves</i> | |
| <i>Alexandre de Castro</i> | |
| POLÍTICAS PÚBLICAS REGULAMENTADORAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE INICIAL DA LEI Nº 13.935/2019 | 10 |
| <i>Zilda Vieira Arcanjo</i> | |
| <i>Claudionor Renato da Silva</i> | |
| A PEDAGOGIA DA FEMINILIDADE NAS REDES: <i>incursões etnográficas sobre performatividade e normatividade de gênero em um perfil digital</i> | 11 |
| <i>Talia Carolayne Tomaz Borges</i> | |
| <i>Juliana do Prado</i> | |
| A RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | 12 |
| <i>Alice Regina Camboim</i> | |
| <i>Isael José Santana</i> | |
| DIDÁTICA – CONSTRUCTOS HISTÓRICO-CULTURAIS, FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS/AS, PROFESSORES/AS DO ENSINO BÁSICO E PRESSUPOSTOS DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL..... | 13 |
| <i>Rosane Michelli de Castro</i> | |
| <i>Flaviane Maria Rodrigues Giroto</i> | |
| MULHERES NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FERNANDÓPOLIS: <i>entre a reprodução do capital e a emancipação social</i> | 14 |
| <i>Jane Carli Aparecida Ferreira</i> | |

EDUCAÇÃO PRISIONAL ENTRE O CONTROLE E A EMANCIPAÇÃO: uma análise pós-crítica à luz de Michel Foucault15

Naubia de Souza Machado

Marcelo Victor da Rosa

JUSTIÇA PARA ELAS: a violência de gênero como obstáculo à ascensão de mulheres a cargos de poder no sistema judiciário brasileiro16

Maria Clara da Silva Mariano

Isael José Santana

PEDAGOGIA LIBERTADORA E CRÍTICA AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: uma leitura de *Meu crespo é de rainha* 18

Catiana Aparecida Maurica Menezes

José Antonio de Souza

DIREITOS HUMANOS EM RISCO: a fragilização das minorias no contexto global e os desafios jurídicos e políticos no Brasil – do racismo às ações afirmativas 19

Airton Nishimura

Isael José Santana

ISTS E DIREITOS DAS MULHERES: educação para a cidadania em saúde em Paranaíba/MS 20

Bruna Rezende Silva Martins de Oliveira

Isael José Santana

EFEITOS SOCIAIS DA PORNOGRAFIA: pode a pornografia ser um fator agravante para a violência sexual contra mulheres e meninas? Como é vista a pornografia no Brasil e no México 21

Hellen Eduarda Menezes Oliveira

Isael José Santana

DIREITO, LITERATURA E CINEMA: dias perfeitos - entre o direito e a criminologia 22

Emanuel Ribeiro Paulino

Elisabeth Maria de Mendonça

| | |
|--|----|
| PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL DO PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 23 |
| Mônica Ferreira Pedroso Fernando Guimarães Oliveira da Silva | |
| A FUNÇÃO SOCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL: o papel da educação e do trabalho | 24 |
| Marina Lemos Alves Pereira Isael José Santana | |
| SABERES OFAIÉ: TERRITÓRIO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS..... | 25 |
| Henrique Borges Queiroz | |
| ENSAIO SOBRE O RISO EM UMA VISÃO FILOSÓFICA DE HENRI BERGSON | 26 |
| Henrique Borges Queiroz | |
| ANSIEDADE, ANOS INICIAIS: FOCO NAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DA BNCC: avanços teóricos de uma pesquisa de mestrado | 27 |
| Elcio Wagner Sobral da Silva Claudionor Renato da Silva | |
| O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL | 28 |
| Douglas de Melo Justino da Silva Lucélia Tavares Guimarães | |
| DIALOGANDO IGUALDADES | 29 |
| Hasla de Oliveira Silva Isael José Santana | |
| ESTUPRO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR: abuso e silêncio | 30 |
| Maria Helena Lima Zanardo Isael José Santana | |



O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: O PAPEL DAS *THINK TANKS*

Mateus de Oliveira Alves¹

Alexandre de Castro²

Nesta comunicação apresentamos resultados das investigações cujo objetivo geral é o de identificar e analisar elementos históricos que, hipoteticamente, teriam contribuído e/ou justificam o cenário político de apoio, manutenção e avanço do pensamento de extrema direita no Brasil, dentre os anos de 1988 a 2022, conhecido como bolsonarismo. Ainda são objetivos específicos, compreender e analisar o papel dos atores sociais e políticos envolvidos nesse cenário. Durante o governo bolsonarista (2019-2022), praticou-se uma política externa equivocada, patrocinou-se o desmonte de sistemas de fiscalização ambiental e financeira, atrelou-se interesses do Brasil de forma unilateral aos Estados Unidos, em detrimento de importantes parceiros econômicos internacionais, utilizou-se da estrutura do Estado brasileiro para monitorar desafetos e adversários políticos, além dos constantes ataques ao sistema eleitoral pátrio, etc. Concorreram para esse cenário, dentre outros atores políticos, o Movimento Brasil Livre (MBL), Brasil Paralelo, Instituto Mises Brasil e Instituto Millenium, organizações políticas denominadas *Think Tanks*. A metodologia utilizada se pauta por levantamento bibliográfico da literatura especializada sobre a temática. Tem-se como resultados de que os fatos decorrentes desse período teriam sustentáculo das *Think Tanks*, que não só interferiram diretamente nos governos, bem como na propagação de ideias autoritárias, baseadas na violência e no ódio como ferramentas a promover riscos à democracia brasileira.

Palavras-chaves: Extrema direita; bolsonarismo; *Think Tanks*; organizações políticas.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Sociais, UEMS, alves.acad@gmail.com

² Professor Dr. Alexandre de Castro, UEMS, alexandrecaastro@uems.br



POLÍTICAS PÚBLICAS REGULAMENTADORAS EM EDUCAÇÃO: uma análise inicial da lei nº 13.935/2019

Zilda Vieira Arcanjo, UFJ¹

Claudionor Renato da Silva, UFJ²

Resumo

O presente trabalho, na área da Educação, elabora uma análise inicial da Lei nº. 13.935/2019 no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, sobretudo, no que tange ao trabalho dos profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas escolas das redes públicas de educação básica no Brasil. A pergunta desta pesquisa de mestrado (em andamento) é: qual o cenário referencial/bibliográfico da Lei nº. 13.935/2019? Como objetivo geral está o de elencar e analisar trabalhos que estão debruçados sobre os impactos, avanços e desafios inerentes à implementação da Lei nº 13.935/2019 e suas implicações para o enfrentamento das desigualdades e violências que, historicamente permeiam o ambiente escolar e, também, pensar a consolidação desta política educacional comprometida com os princípios da equidade, da justiça social, da formação integral dos sujeitos e a qualidade do ensino-aprendizagem na educação básica. Especificamente, objetiva, primeiro, identificar os principais estudos que tecem apontamentos sobre a Lei em suas relações com a escola; segundo, evidenciar os entraves à efetivação da referida legislação no espaço escolar e, por último, enquanto um trabalho inicial de mestrado, propor encaminhamentos à gestão escolar. Para tanto, o estudo apresenta-se, enquanto metodologia, com o emprego da pesquisa bibliográfica e os resultados encaminham o entendimento dos desafios da implantação da Lei nas unidades escolares. Como conclusão principal, o estudo apresenta a potência e a função social envolvida na referida Lei, que ainda necessita ser regulamentada; em especial, no que ela representa, no enfrentamento das violências no espaço escolar e a saúde psicossocial dos/das estudantes.

Palavras-chave: Escola; Direito; Atendimento psicossocial.

¹ Acadêmica do curso de Mestrado Acadêmico “Programa de Pós-Graduação em Educação” (PPGE), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Jataí (UFJ), zilda.arcanjo@ufj.edu.br² Professor Doutor Claudionor Renato da Silva, Programa de Pós-Graduação em Educação” (PPGE), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Jataí (UFJ), rclaudionor@ufj.edu.br



A PEDAGOGIA DA FEMINILIDADE NAS REDES: incursões etnográficas sobre performatividade e normatividade de gênero em um perfil digital

Talia Carolayne Tomaz Borges¹

Juliana do Prado²

Resumo

O artigo analisa as práticas discursivas e pedagógicas presentes nas redes sociais, especialmente no Instagram, a partir do perfil de uma influenciadora digital brasileira que se autodenomina mentora de feminilidade. O estudo, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em incursões etnográficas digitais realizadas entre junho de 2024 e junho de 2025, observando publicações, interações em dois perfis da influenciadora. Amparada teoricamente nas contribuições de Judith Butler e em autoras dos estudos de gênero, a pesquisa discute como as redes sociais operam como espaços educativos informais que ensinam e reforçam normas de gênero. Os resultados apontam que os discursos analisados configuram uma pedagogia da feminilidade estruturada por valores heteronormativos, religiosos e hierárquicos, que se apresentam sob o discurso de essência feminina. A análise demonstra que tais práticas produzem e legitimam um ideal de mulher submissa, dócil e emocionalmente dependente, naturalizando desigualdades de gênero. Conclui-se que o ambiente digital transforma a feminilidade em produto e o gênero em performance regulada, convertendo o espaço virtual em instância pedagógica de reprodução de subjetividades e comportamentos. Assim, compreender as pedagogias informais que manifestam-se nas redes é essencial para problematizar os modos de ensino e aprendizagem do gênero na contemporaneidade.

Palavras-chave: Gênero; Feminilidade; Performatividade; Pedagogia de Gênero. Redes Sociais.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Unidade de Paranaíba), linha de pesquisa 3: Linguagem, Educação e Cultura. Bacharel em Direito pela UEMS/Paranaíba, E-mail talia.carolayne@gmail.com.

² Doutora em Sociologia (UFSCar), Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Coordenadora adjunta do mestrado profissional de Sociologia - UEMS/Paranaíba, E-mail ju.doprado@uems.br.



A RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Alice Regina Camboim - - UEMS¹

Isael José Santana - UEMS²

Resumo

A violência doméstica é um problema social complexo que passa barreiras culturais e econômicas, configurando-se como uma violação dos direitos humanos. Este estudo analisa a conexão entre dependência financeira e a violência doméstica, com foco em como a vulnerabilidade econômica impacta a continuidade de relações abusivas. A pesquisa será conduzida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários anônimos na Delegacia de Atendimento à Mulher em Paranaíba-MS, além de consulta ao Grupo Reflexivo Dialogando Igualdades. Os objetivos incluem levantar o número de vítimas que registraram agressões, verificar a atividade econômica das vítimas e agressores, e avaliar a percepção dos agressores como provedores do lar. Espera-se que os resultados evidenciem a dependência financeira como um fator que dificulta a ruptura do ciclo de violência, reforçando a necessidade de políticas públicas, como o Projeto de Lei nº 443/2011, que propõe suporte financeiro temporário às vítimas. A pesquisa busca contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, promovendo a autonomia financeira como estratégia para prevenir e superar a violência doméstica.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Dependência Financeira; Autonomia Econômica; Políticas Públicas; Direitos Humanos.

¹ Alice Regina Camboim – graduanda em direito UEMS – alicecamboim09@gmail.com

² Isael José Santana – Doutor em Filosofia do Direito no Programa de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: leasijs@hotmail.com.



DIDÁTICA - *CONSTRUCTOS* HISTÓRICO-CULTURAIS, FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS/AS, PROFESSORES/AS DO ENSINO BÁSICO E PRESSUPOSTOS DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Rosane Michelli de Castro (UNESP/Marília)¹

Flaviane Maria Rodrigues Giroto (UNESP/Marília)²

Resumo

Nesta comunicação, apresentam-se resultados dos trabalhos desenvolvidos com o objetivo central de abordar elementos da Didática – *constructos* histórico-culturais, na formação de professores no Ensino Superior, em curso de Pedagogia, para o Ensino Básico, segundo pressupostos da Teoria Histórico-cultural. Nessa perspectiva, a formação de professores/as em curso de Pedagogia, sendo de nível superior, ganha relevâncias social e estratégica, responsabilizando-se pelas ofertas de condições/conhecimentos científica e culturalmente produzidos e apropriados para a formação humanizadora de sujeitos da ação-reflexão-ação, em nossa sociedade historicamente constituída. Nesse sentido, buscou-se discutir coletivamente com professores/as formados/as em Pedagogia, sobre elementos da Didática em suas articulações com o currículo e com as intencionalidades para o Ensino Básico, compreendendo, ao encontro dos aportes da Teoria Histórico-Cultural, em seu caráter social e rigoroso, porque voltada para o desenvolvimento de processos psíquicos superiores próprios e de escolares no Ensino Básico. Tratou-se de pesquisa de abordagem histórica e documental, quanto às fontes. Como resultados tem-se a compreensão de que, a Didática – *constructos* histórico- culturais – só pode ser assim compreendida, considerando sua especificidade de e somente porque ocorre entre humanos/as, com parceiros/as mais experientes – professores/as, os/as quais, de posse do conhecimento socialmente produzido, historicamente acumulado pela humanidade, serão responsáveis pela mediação de instrumentos/objetos culturais materiais ou não material (costumes, crenças, regras, normas, linguagem), promotores da humanização. Conclui-se que, na formação de Pedagogos/as – professores/as do Ensino Básico, em Didática, a adoção de pressupostos da Teoria Histórico-Cultural é imprescindível, para além das discussões sobre teorias pedagógicas que, historicamente, tem norteado o ensino dessa disciplina na Pedagogia.

Palavras-chave: Didática; Formação de Professores/as; Curso de Pedagogia; Ensino Básico; Teoria Histórico-Cultural.

¹ Professora Associada – Livre Docente em Didática, Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FFC-Unesp/Câmpus de Marília, r.castro@unesp.br.

² Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – PPGE-FFC-Unesp/Câmpus de Marília, flaviane.giroto@unesp.br.



MULHERES NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FERNANDÓPOLIS: entre a reprodução do capital e a emancipação social

Jane Carli Aparecida Ferreira - UEMS¹

Resumo

Este estudo investiga a realidade das diretoras de Educação Infantil em Fernandópolis, SP, partindo da alta feminização deste cargo. Ancorado no feminismo marxista e na Análise do Discurso de linha francesa, o objetivo é analisar criticamente como os discursos presentes em documentos oficiais — como legislações, diretrizes curriculares e planos de gestão — constroem a função da gestora. A pesquisa busca compreender como a linguagem utilizada nestes documentos articula a gestão feminina à exploração do "trabalho de cuidado", historicamente desvalorizado. Argumenta-se que este mecanismo discursivo oculta a exploração de gênero sob o viés da vocação, tensionando diretamente a formação docente, que é pressionada por uma lógica gerencialista. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. A análise utiliza a Análise de Conteúdo para o mapeamento temático e, de forma central, a Análise do Discurso para desvelar as formações ideológicas e os efeitos de sentido que naturalizam essa associação. Como resultados, espera-se demonstrar como a construção discursiva da "diretora ideal" revela uma contradição central entre a performance administrativa exigida e as demandas pedagógicas do currículo. Conclui-se que os discursos analisados aprofundam a alienação da diretora, revelando a linguagem, o currículo e a própria formação continuada como campos de disputa política e de classe, que limitam a prática emancipatória.

Palavras-chave: Formação Docente; Discurso; Gênero; Trabalho de Cuidado; currículo.

¹ Acadêmica do curso de mestrado em educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e-mail: ferreiracarlijane@gmail.com



EDUCAÇÃO PRISIONAL ENTRE O CONTROLE E A EMANCIPAÇÃO: uma análise pós-crítica à luz de Michel Foucault

Naubia de Souza Machado¹

Marcelo Victor da Rosa.²

Resumo

Este artigo analisa a educação prisional como um dispositivo disciplinar a partir de uma perspectiva pós-crítica, articulando os aportes de Michel Foucault, Kimberlé Crenshaw e Adriana Piscitelli. Com base na concepção de poder como relação e na noção de dispositivo disciplinar, examina-se como a escola, dentro e fora do cárcere, atua como instrumento de normatização de condutas e produção de sujeitos, considerando também os marcadores sociais da diferença, como raça, classe e território. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a educação, mesmo em contextos de privação de liberdade, pode abrir espaços para processos de subjetivação, resistência e emancipação. Conclui-se que a educação prisional deve ser compreendida como um campo de disputa, no qual se articulam práticas de controle e possibilidades de agenciamento social e educacional.

Palavras-chave: Educação prisional; Dispositivo disciplinar; Interseccionalidade; Marcadores sociais da diferença; Resistência e emancipação.

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, naubiakampos@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, marcelo.rosa@ufms.br.



JUSTIÇA PARA ELAS: a violência de gênero como obstáculo à ascensão de mulheres a cargos de poder no sistema judiciário brasileiro

Maria Clara da Silva Mariano¹

Isael José Santana²

Resumo

Este projeto de pesquisa terá como propósito a análise das dinâmicas e suas complexas análises onde o foco observado será na questão da desigualdade de gênero no sistema judiciário brasileiro. Evidenciando uma abordagem crítica e multidisciplinar, onde a investigação, manifestação e os impactos dessa **diferenciação** assim como as resoluções e soluções possíveis para essa problemática. A persistente desigualdade de gênero no sistema judiciário brasileiro reflete um legado histórico de desvalorização de grupos minoritários, marcado por discriminação racial, de gênero e sexual. Essa herança histórica cria barreiras significativas para a ascensão de mulheres a cargos de poder no judiciário, perpetuando um ciclo de desigualdade. Diante desse cenário, o governo tem implementado intervenções para mitigar essa disparidade, como a criação de vagas reservadas para grupos sub-representados, incluindo cotas raciais e para pessoas LGBTQIAPN+. Além disso, a realização de concursos públicos exclusivos para esses grupos visa a ampliar o acesso a carreiras jurídicas, buscando romper com o padrão histórico de exclusão. Essas medidas representam um esforço para corrigir a "herança cármica" do machismo enraizado no judiciário, buscando promover uma maior diversidade e representatividade. No entanto, a efetividade dessas políticas ainda é objeto de debate, e a necessidade de ações complementares, como a mudança de cultura organizacional e o combate ao preconceito, é amplamente reconhecida. A trajetória das mulheres na magistratura do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) revela uma discrepância alarmante: apesar de representarem 40% dos juízes na primeira instância, sua presença despencou para apenas 12% entre os desembargadores. Essa disparidade evidencia um "passo de formiga" na ascensão feminina, onde o progresso lento e gradual na base da carreira contrasta com a resistência em cargos de alta hierarquia. A situação se agrava com a ameaça de perda do direito a um concurso exclusivo para o acesso ao cargo de desembargador, contestado por 20 juízes que negam a existência de desigualdade em São Paulo. Essa alegação, que ignora dados concretos, escancara a resistência em reconhecer e combater a sub-representação feminina. A média de 40% no TJ-SP fica muito acima da média nacional de 21,2% na segunda instância, expondo a urgência de medidas para garantir a equidade de gênero no maior tribunal do país. A questão levantada sobre a diferenciação de gênero como violência, é um fenômeno social complexo, com estruturas de poder capazes de perpetuar desigualdades e opressões. É manifestada de formas distintas, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais e simbólicas, que sendo impulsionada por mecanismos socioculturais que naturalizam a discriminação e reforçam estereótipos de gênero. Entre esses mecanismos, destacamos o sistema de indicações que influencia diretamente a construção de papéis e expectativas sociais sobre homens e mulheres reforçando dinâmicas de dominação e subordinação. A urgência de novas leis e políticas públicas para garantir acesso de mulheres a cargos de alto escalão é crucial para a reparação histórica e a proteção de direitos fundamentais, abrangendo mulheres cis, trans e não binárias. É imperativo que as mulheres ocupem o mesmo patamar que os homens em todas as discussões sobre direitos

humanos, com igualdade de oportunidades e respeito à sua capacidade, sem que precisem

justificar suas escolhas ou enfrentar humilhações para progredir em suas carreiras. A discriminação enfrentada por mulheres negras é intensificada, pois a sociedade frequentemente as desumaniza, negando-lhes feminilidade e impondo uma falsa resiliência. Essa visão distorcida naturaliza a violência contra elas, que são vistas como capazes de suportar abusos para alcançar seus objetivos, resultando em sua constante marginalização em qualquer hierarquia. O caso Mari Ferrer é um exemplo emblemático da violência de gênero no sistema judiciário brasileiro. A influenciadora digital foi vítima de estupro em 2018, mas durante o julgamento, sofreu revitimização e humilhação pelo advogado de defesa do réu, que a culpabilizou pelo crime. O caso é um dos muitos em que a sociedade brasileira naturaliza a violência contra mulheres negras. A falsa ideia de resiliência inabalável atribuída a elas contribui para a perpetuação da impunidade em casos de violência de gênero. A revitimização de Mari Ferrer durante o julgamento revela a falta de empatia e sororidade com mulheres negras e a falta de reconhecimento social da vulnerabilidade e fragilidade das mulheres negras, o que dificulta o acesso à justiça e a busca por reparação. O caso é um marco na luta contra a violência de gênero no Brasil, evidenciando a necessidade de mudanças culturais e estruturais no sistema judiciário, para que mulheres negras sejam tratadas com dignidade e respeito. A Resolução CNJ nº 255/2018 estabelece a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Ela visa a promover ações, programas e diretrizes para reduzir a desigualdade de gênero na Justiça brasileira diminuindo a desigualdade presente no sistema e motivando a lutar para mais mulheres em cargos que requer poder presente para o execução das funções normativas. Tendo a Resolução CNJ nº 540/2023 mais recente quer juntamente com a alteração da Resolução CNJ 106/2010, impulsiona a alternância de gênero nas escolhas e designações para cargos de 2º grau, com o objetivo de uma representação mais equitativa no Judiciário. Demonstrando que as soluções e mudanças pretendidas nas tentativas de igualdade revelam que o problema está presente na cultura social do Brasil, é possível afirmar que a efetivação dessas leis e a transformação da perspectiva social em relação a essas discussões, que tangenciam os direitos humanos, demandarão tempo considerável. A persistência de padrões arraigados e a resistência a novas ideias exigem um esforço contínuo e multifacetado para que as diretrizes de igualdade se consolidem e promovam uma mudança duradoura.

Palavras-chave: Ciências sociais aplicadas; Direito; Educação de qualidade.

¹ Acadêmica do curso de Direito, UEMS, 04355774171@academicos.uems.br.

² Professor Doutor em Filosofia do Direito, UEMS, professorisael@uems.br.



PEDAGOGIA LIBERTADORA E CRÍTICA AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: uma leitura de *Meu crespo é de rainha*

Catiana Aparecida Maurica Menezes¹

José Antonio de Souza²

Resumo

A literatura infantil é considerada, por muitos estudiosos, uma das mais potentes formas para o desenvolvimento da leitura e da apreciação estética; dessa maneira, pedagogicamente, trabalhar com a leitura de textos literários revela-se uma atividade de suma importância, durante todas as etapas da educação, especialmente na Educação Básica. Por intermédio de nossa proposta de comunicação, objetiva-se apresentar uma leitura da obra infantil *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks, com vistas a evidenciar o texto literário infantil enquanto instrumento pedagógico de resistência cultural e construção identitária, particularmente no contexto do mito da democracia racial brasileira. A partir da trajetória intelectual de hooks e de sua proposta de pedagogia libertadora, buscou-se compreender como a representatividade negra na literatura infantil pode contribuir para a desconstrução de estigmas e para a formação de sujeitos críticos. A partir de um trabalho de revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, buscou-se dialogar com autores como Gilberto Freyre (2006), Raymundo Faoro (2001), Florestan Fernandes (1978), Abdias do Nascimento (2006) e a própria hooks (2017). Evidenciou-se a permanência do racismo estrutural, no Brasil, e a importância da literatura antirracista como prática educativa transformadora.

Palavras-chave: Bell hooks; Literatura infantil; Pedagogia libertadora; Democracia racial.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, UEMS/Unidade de Paranaíba, E-mail: 04179075164@academicos.uems.br

² Professor Doutor, UEMS/Paranaíba, E-mail: joseantonio@uems.br.



DIREITOS HUMANOS EM RISCO: a fragilização das minorias no contexto global e os desafios jurídicos e políticos no Brasil – do racismo às ações afirmativas

Airton Nishimura¹

Dr. Isael José Santana²

Resumo

Atualmente o contexto global apresenta desafios sem precedentes nos ditames dos Direitos Humanos, em especial nas fragilizações de grupos minorizados em ataques de suas garantias fundamentais. Através do neoliberalismo político e avanços no governo de extrema direita em relevantes partes do mundo, ascende discursos políticos que corroem avanços na igualdade social. O cenário brasileiro reclama por debates constantes abarcando temas como racismos, ações afirmativas e a efetivação de leis que combatam a estrutura de discriminação. E é com base na Agenda 2030 – uma proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) – para o Desenvolvimento Sustentável como plano global visando a promoção da paz, prosperidade e justiça social que o ODS 10 propõe que sejam tomadas medidas concretas de redução de desigualdades dentro dos países membros. Até 2030, reforça-se a necessidade de políticas públicas inclusivas e de ações afirmativas efetivas e de impacto. Para o estudo será realizada revisão bibliográfica no estudo de teorias, conceitos e abordagens relacionadas aos Direitos Humanos, Globalização, Princípios Jurídicos e atualização do cenário global atual. A análise documental será obtida com a coleta e exploração de materiais relevantes em artigos acadêmicos, revistas, normas, tratados, decisões de cortes internacionais e livros dogmáticos. O artigo deverá contribuir para o enriquecimento no debate acadêmico e político, através de método científico em fontes bibliográficas de conteúdo filosófico, sociológico, jurídico e político para fomentar criação de políticas públicas eficazes na campanha de Direitos Humanos e de igualdade estrutural.

Palavras-chave: Desigualdade; ODS10; Ações Afirmativas; Políticas Públicas.

¹ Acadêmico do curso de Direito, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, mgfgerencial@gmail.com.

² Professor Doutor Isael José Santana, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, leasij@hotmail.com



ISTS E DIREITOS DAS MULHERES: educação para a cidadania em saúde em Paranaíba/MS

Bruna Rezende Silva Martins de Oliveira¹
Isael José Santana²

Resumo

As infecções sexualmente transmissíveis – as ISTs – persistem sendo um importante problema de saúde pública principalmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social. No município de Paranaíba/MS, verificamos necessidade de ações educativas que viabilizem informação qualificada sobre saúde sexual e reprodutiva, integrada aos direitos fundamentais. Fatores como desigualdade de gênero, racismo estrutural, violência, pobreza, impactam diretamente na incidência e tratamento das ISTs. O presente projeto tem como objetivo primordial promover conscientização das mulheres acerca das ISTs, seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como o acesso qualificado aos serviços públicos de saúde, fortalecendo o exercício pleno da cidadania desta população. Serão realizadas rodas de conversa, campanhas educativas, produção de conteúdos digitais acessíveis, ações nas unidades básicas de saúde, centro de referência a saúde da mulher, em parceria já consolidada com a Secretaria Municipal de Saúde e o Programa de ISTs/AIDS. O público-alvo será exclusivamente feminino, enfatizando adolescentes, jovens, mulheres negras, indígenas, LGBTQIAPN+, residentes de regiões periféricas, vítimas de violência. Os estudos que apontam esses grupos como os que enfrentam maiores barreiras de acesso e acabam por ficarem mais expostos a situações de vulnerabilidade, motivou tal escolha. Espera-se que o projeto amplie o conhecimento das mulheres sobre ISTs, seus direitos, de forma a incentivar o uso dos serviços públicos de saúde, promovendo o empoderamento feminino por meio da informação e escuta. O impacto social esperado está voltado para a redução das desigualdades de gênero, valorização da saúde como um direito humano e enfrentamento das discriminações estruturais que tanto afetam a saúde das mulheres.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Educação em Saúde.

¹ Acadêmico do curso de Direito, UEMS, 02315621100@academicos.uems.br.

² Professor Doutor em Filosofia do Direito, UEMS, professorisael@uems.br



EFEITOS SOCIAIS DA PORNOGRAFIA: pode a pornografia ser um fator agravante para a violência sexual contra mulheres e meninas? Como é vista a pornografia no Brasil e no México

Hellen Eduarda Menezes Oliveira, UEMS¹

Prof. Dr. Isael José Santana, UEMS²

Resumo

Da arte ao vício. Do vício ao *pornô hard core*. Deste à violência. A pornografia é fruto de uma humanidade erotizada, sexualizada e objetificada, principalmente em se tratando de corpos femininos, o que perdura desde sociedades das mais remotas até a contemporaneidade. A hipersexualização e, ao mesmo tempo, a desvalorização feminina, levam a uma necessidade de analisar e fomentar críticas à cultura da violência, pautada em um machismo exacerbado e uma centralização do poder e superioridade em mãos masculinas. O vício sexual construído e estimulado pelo consumo da pornografia em muito se assemelha a demais vícios, haja vista ser suficiente para provocar mudanças cerebrais, capazes de alterar as percepções individuais sobre a sexualidade e as relações sociais como um todo. Desta forma, objetiva-se compreender os aspectos socioculturais do surgimento e desenvolvimento da pornografia, para que se possa analisar sua contribuição direta para o aumento da violência sexual contra meninas, mulheres, crianças e adolescentes, que permitam por fim observar a pornografia como contribuinte no cenário de violência de gênero. Para tanto, a pesquisa adota uma metodologia de base histórico-cultural, combinada com revisão bibliográfica e método indutivo, realizando um estudo comparativo entre Brasil e México. Nesse cenário, a mobilidade internacional é fundamental para expor dados e confrontar realidades distintas, promovendo debates interculturais e contribuindo para a universalização do conhecimento sobre a violência de gênero no cenário social atual.

Palavras-chave: Pornografia; Violência; Vício; Gênero.

¹ Acadêmica do curso de Direito, matriculada no terceiro ano, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Cassilândia-MS; helleneduarda744@gmail.com.

² Doutor pela PUC-SP. Professor do curso de direito da Unidade de Paranaíba/ Cassilândia.



DIREITO, LITERATURA E CINEMA: dias perfeitos - entre o direito e a criminologia

Emanuel Ribeiro Paulino¹

Elisabeth Maria de Mendonça²

Resumo

O livro “Dias Perfeitos” retrata a história de Téo, um estudante de medicina de família de classe média e que fica obcecado por Clarice, uma jovem de “espírito livre” que ele vem a conhecer em um churrasco e que se despede dele com um “selinho”, o desenvolvimento central da história se dá com o sequestro da jovem em uma tentativa de recriar uma viagem perfeita, onde o objetivo é fazer com que ela se apaixone por ela. Ao decorrer da narrativa, uma série de acontecimentos levantam um teor crítico social sobre a situação, a simbologia sobre o que representa ser mulher em uma sociedade patriarcal, e os problemas que as mulheres enfrentam em relacionamentos atuais como a dificuldade de abandono de uma situação de violência, com o sequestro Clarice encontra momentos em que possibilita sua resistência para fuga, e nesses momentos ela encontra em Téo um modo de dominância sobre sua situação que é um retrato claro da sociedade onde o medo do término paralisa mulheres em relações violentas, ao dopar, sequestrar e impedir o abandono de Clarice a sua situação, Téo assume o papel claro e simbólico do machismo institucional. Ao olhar da criminologia, verifica-se algumas contradições e proximidades com teorias e correntes de estudo, Téo surge na história como o autor delitivo e simbólico contra Clarice, entretanto, ao analisarmos individualmente observa-se que Téo foge da (Teoria do Etiquetamento), onde diz que o crime possui classe social e que leva a creditar que as leis são criadas já determinando quem e quantos serão punidos, Téo é um estudante de Medicina, de classe média e branco, possui boas condições financeiras e de estudo; sobre a vitimologia, se torna evidente que Clarice é vitimada não somente por Téo, como também pela sociedade ao formular uma cultura que subjulga as mulheres em um relacionamento, assim como as falhas de investigação fazem com que toda a história prossiga de forma que se ocorre-se a devida investigação, impediria o resultado final.

Palavras-chave: Patriarcado; Igualdade; Feminicídio; Criminologia.

1 Acadêmico do curso de Direito, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 06715032190@academicos.uems.br

2 Professora Doutora Elisabeth Maria de Mendonça, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.



PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL DO PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Mônica Ferreira Pedroso (UEMS)¹

Fernando Guimarães Oliveira da Silva (UEMS)²

Resumo

Trata-se de apontamentos iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Paranaíba. O estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas e as práticas de educação sexual emancipadora voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. De natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, a pesquisa toma como referenciais o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), a Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022) e a Lei Estadual nº 6.157/2023, de Mato Grosso do Sul. Esses instrumentos normativos representam avanços significativos no combate à violência sexual infantil, ao proporem ações intersetoriais e mecanismos de proteção, responsabilização e prevenção. O estudo também evidencia o papel transformador da educação sexual emancipatória nas instituições escolares, compreendida como uma prática pedagógica capaz de promover a formação crítica, desconstruir estereótipos de gênero e sexualidade e valorizar a diversidade como dimensões essenciais da cidadania e dos direitos humanos. Conclui-se que o enfrentamento efetivo da violência sexual contra crianças requer a articulação entre políticas públicas duradouras, legislação aplicada de forma rigorosa e processos educativos comprometidos com os direitos humanos. Tal articulação deve se estender tanto à educação básica quanto à formação inicial e continuada de professores(as), de modo a assegurar às crianças e adolescentes um ambiente educativo seguro, justo e digno, capaz de prevenir e combater todas as formas de violência.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação; Violência sexual infantil; Educação sexual emancipatória.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade de Paranaíba). Professora da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS. E-mail: monica_rainha@hotmail.com²
² Professor do PGEDU da UEMS. Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: fernando.oliveira@uems.br



A FUNÇÃO SOCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL: o papel da educação e do trabalho

Marina Lemos Alves Pereira¹

Isael José Santana²

Resumo

A ressocialização de pessoas privadas de liberdade é um dos maiores desafios do sistema prisional brasileiro. A falta de acesso à educação e ao trabalho dentro das unidades prisionais impacta diretamente na taxa de reincidência criminal e na dificuldade de reintegração social dos egressos. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) reconhece a importância da educação e da atividade laboral como mecanismos essenciais para a reinserção do indivíduo na sociedade, mas a implementação efetiva dessas medidas ainda enfrenta desafios estruturais e institucionais. O presente projeto de extensão tem como objetivo analisar e divulgar a importância da educação e do trabalho na ressocialização de pessoas privadas de liberdade, promovendo a conscientização sobre os impactos positivos dessas iniciativas na redução da reincidência criminal. As atividades do projeto incluem palestras informativas e rodas de conversa com alunos do 2º ano do Ensino Médio da Escola Educandário Santa Clara Prevê Objetivo, bem como, a criação de conteúdo digital para disseminação dos assuntos abordados nas palestras na rede social Instagram. O público-alvo são estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Escola Educandário Santa Clara Prevê Objetivo, que serão incentivados a refletir criticamente sobre o tema e compreender a importância da ressocialização para a construção de uma sociedade mais justa. Desse modo, o projeto também buscará fomentar a reflexão dos alunos acerca dos desafios enfrentados pelos egressos do sistema prisional no processo de reinserção social. Serão discutidos os obstáculos impostos pela própria sociedade, como a estigmatização e os preconceitos que limitam o acesso ao mercado de trabalho e a outras oportunidades essenciais para a ressocialização efetiva. Ao abordar essas barreiras, pretende-se sensibilizar os participantes sobre a importância de uma abordagem mais inclusiva e humanizada, capaz de garantir o pleno exercício da cidadania por aqueles que cumpriram suas penas. Além disso, o impacto do projeto poderá ser medido pela participação ativa dos alunos e pelo alcance das publicações digitais, promovendo um debate mais amplo sobre o tema.

Palavras-chave: Ressocialização; Sistema Prisional; Reintegração Social.

¹ Acadêmica do curso de Direito, Marina Lemos Alves Pereira, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, marinalemosap@gmail.com.

² Professor Doutor Isael José Santana, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, professorisael@uems.br.



SABERES OFAIÉ: TERRITÓRIO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Henrique Borges Queiroz¹

Resumo

O principal objetivo deste trabalho é continuar a pesquisa com a comunidade indígena Ofaié, que segue desde 2023, uma das menores comunidades de Mato Grosso do Sul, localizada em Brasilândia. O estudo se baseia em capítulos do livro “Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul” (CHAMORRO; COMBÈS, 2018), além de conversas com o historiador Carlos Alberto Dutra, e pesquisas sobre a comunidade. A pesquisa tem como foco a cultura e ensino dos Ofaié, serão abordadas suas crenças e costumes, que podem sofrer alterações devido à região onde se encontram, além de fornecer dados atuais sobre sua população antes e depois da pandemia. Este projeto está em andamento, por enquanto, a metodologia é bibliográfica, utilizando material escasso e referenciais históricos, complementado por estudos, documentos, e levantamento de dados de órgãos como FUNAI e ISA, além de visitas realizadas na aldeia a cada dois meses. A pesquisa prioriza a sua mitologia e a relação de territorialidade. Serão consultados artigos e obras em bancos de dados da UEMS, além da última visita na Aldeia Ofaié em agosto de 2025. Algo que despertou curiosidade da pesquisa é a Escola Municipal Ofaié-Iniecheki. A escola utiliza uma metodologia desenvolvida pela própria comunidade que elimina provas, argumentando que estas estimulam uma competição desnecessária entre os alunos, ou "parentes". A escola busca garantir o bilinguismo e a interculturalidade. Os materiais didáticos são elaborados pelo corpo docente indígena, reforçando a importância de pertencimento a uma história e com o ideal de manter a identidade do povo Ofaié.

Palavras-chave: Ofaié, Povos Indígenas; Cultura.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 07857921122@academicos.uems.br.



ENSAIO SOBRE O RISO EM UMA VISÃO FILOSÓFICA DE HENRI BERGSON

Henrique Borges Queiroz¹

Resumo

Este resumo tende a explorar uma obra publicada em 1900, do filósofo Henri Bergson, "O riso, um estudo sobre o cômico, quando observada essa obra é capaz de ver profundidade nela mesma, expondo sua observação do comportamento do ser humano em sociedade. Serão abordados alguns aspectos para mostrar sua análise sobre o riso se encaminha para uma "sociedade fechada", um termo que temos conhecimento no ano de 1932 na obra As duas fontes da moral e da religião (2005). Mas o que seria algo cômico? Todos achariam graça da mesma situação/momento? Para Bergson o riso possui uma função social, é capaz de perceber que não existe o riso fora daquilo que é humano, que o ser atribui valor para algo, ou seja, um acontecimento não é algo engraçado, ele pode acabar virando algo engraçado para si. Um animal ele é um com a vida, ele está tão conectado com a vida que acaba sendo um, com isso ele não consegue um distanciamento da vida, que é uma característica humana, onde conseguimos ver tudo de uma certa distância, através de análises bibliográficas de artigos, teses e livros será observado como a sociedade se formaria em cima da ideia de algo cômico perante a linha filosófica de Bergson, se é possível deter o controle social através de um riso repressivo em cima de outros seres humanos, onde se encontra em andamento através de piadas com um teor mais ácido em relação ao humor.

Palavras-chave: Filosofia; Henri Bergson; O Riso.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 07857921122@academicos.uems.br.



ANSIEDADE, ANOS INICIAIS: FOCO NAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DA BNCC: avanços teóricos de uma pesquisa de mestrado

Elcio Wagner Sobral da Silva, UFJ¹

Claudionor Renato da Silva, UFJ²

Resumo

A presente pesquisa, em andamento, no mestrado acadêmico em Educação da UFJ, se propõe a responder à seguinte questão problematizadora: como os/as professores/as das turmas dos anos iniciais e da Sala de Recursos Multifuncionais de Atendimento Educacional Especializado (SRMAEE), da rede municipal de uma cidade do centro-oeste, desenvolvem e aplicam as Competências Socioemocionais (CS) previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no enfrentamento da ansiedade dos/as estudantes neurotípicos e neurodivergentes na efetividade da saúde psicossocial de todos/as estudantes na escola? Objetiva-se, assim, de forma geral, abordar o tema da ansiedade na educação sob o olhar das CS. Especificamente, primeiro, há o objetivo de realizar algumas primeiras aproximações teóricas no tema para se organizar o percurso do método da pesquisa na obtenção de dados para a análise de conteúdo; em segundo lugar, do levantamento organizado elaborar referenciais atualizados, que acomodem as perspectivas das CS, presentes na BNCC, no diálogo com a literatura sobre o tema, na possibilidade de subsidiar elementos formativos aos professores/as das turmas dos anos iniciais e das SRMAEE. De metodologia bibliográfica, do breve levantamento do Estado da Arte, a pesquisa encontrou uma lacuna nos estudos sobre o tema, fundamentalmente, a ausência das CS ao se tratar da ansiedade dos/as estudantes e, ainda, os diversos desafios pedagógicos do trabalho docente nas turmas e nas SRMAEE. As considerações finais encaminham elementos de reflexão e busca de mais dados, na continuidade da pesquisa junto aos docentes, no dia a dia com os estudantes neurotípicos e neurodivergentes nos anos iniciais.

Palavras-chave: Saúde; Alunos Neurotípicos e Neurodivergentes; Anos Iniciais.

¹ Acadêmico do curso de Mestrado Acadêmico “Programa de Pós-Graduação em Educação” (PPGE), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Jataí (UFJ), welcio@discente.ufj.edu.br

² Professor Doutor Claudionor Renato da Silva, Programa de Pós-Graduação em Educação” (PPGE), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Jataí (UFJ), rclaudionor@ufj.edu.br



O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL

Douglas de Melo Justino da Silva¹

Lucélia Tavares Guimarães²

Resumo

O presente trabalho busca realizar uma análise do conteúdo do currículo de Sociologia de Mato Grosso do Sul, implementado na rede estadual de educação a partir da reforma do Ensino Médio e da BNCC, em vigor nas escolas públicas estaduais desde 2021. Considerando a elaboração e a existência do currículo enquanto parte formadora da prática docente, se constitui uma reflexão do referencial curricular aplicado aos anos da etapa que formam o Ensino Médio. Essa pesquisa de caráter documental, orientada por uma perspectiva da teoria crítica do currículo e histórico-cultural, busca se aprofundar sobre o contexto de formação do currículo sobre a égide de uma base nacional comum e o contexto de aplicação de objetos de conhecimento constituídos a partir de uma teoria das competências. Nessa dinâmica a Sociologia passa a se constituir enquanto disciplina em um cenário que procura formar e promover instrumentos delimitados por competências e habilidades, para que sejam adquiridos com base no ensino da Sociologia enquanto disciplina escolar. Com a análise da elaboração e da dinâmica adquirida pelo currículo, observa-se a instrumentalização da Sociologia, enquanto disciplina capaz de construir um olhar crítico sobre os desafios da atualidade social e formador de aspectos que integram a realidade social sul-matogrossense na busca do que é identificado como uma sociedade justa, solidária e democrática através dos documentos que formam as bases e constituem o currículo de Sociologia no estado.

Palavras-chave: Currículo; Sociologia; Educação; Mato Grosso do Sul.

¹ Mestrando do ProfSocio, UEMS/Unidade de Paranaíba, 40989155889@academicos.uems.br.

² Professora Doutora do Curso de Pedagogia, PGEDU e ProfSocio, UEMS/Unidade de Paranaíba, luguimaraes@uems.br



Hasla de Oliveira Silva³

Isael José Santana⁴

Resumo

O projeto "Dialogando Igualdades" é uma iniciativa da “Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, órgão especial ligado a presidência do Tribunal de Justiça que possui convênio com o Projeto de Extensão “Criminologia: ações sociais II. Atenção as vítimas de violência doméstica e familiar”, visando promover a mudança cultural em relação à violência contra a mulher. O objetivo geral é contribuir para a diminuição dos índices de violência doméstica e familiar, conscientizando autores de violência a assumir responsabilidade por suas ações e disseminar o conhecimento adquirido. O projeto atende a homens encaminhados pelo Poder Judiciário por meio de Medidas Protetivas de Urgência. A metodologia consiste em rodas de conversa semanais presenciais, mediadas por pessoas capacitadas e questionários iniciais e finais para acompanhamento de resultados, aplicando-se a metodologia histórico-cultural. Os encontros focam em diálogos sobre machismo, igualdade de gênero, Lei “Maria da Penha” e debates pessoais dos participantes. Conforme resultados observados, o índice de reincidência após a frequência dos grupos cai de 60% a 80% para 10% a 18%. Ademais, o projeto contribui para a formação do discente de direito ao permitir a articulação do conhecimento teórico-legal com a realidade social, aprimorando a empatia, o diálogo e a capacidade de dinamizar a linguagem jurídica. Em conclusão, as atividades promovem a conscientização e a disseminação de informações, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 da ONU, que trata da Igualdade de Gênero e têm eficácia comprovada na diminuição dos índices de reincidência.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Machismo; Igualdade de gênero; Conscientização.

3 Acadêmica do curso de Direito, Uems, haslasilva@gmail.com.

4 Professor Doutor em Filosofia do Direito, Uems, leasij@s@hotmail.com.



ESTUPRO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO FAMILIAR: abuso e silêncio

Maria Helena Lima Zanardo⁵

Isael José Santana⁶

Resumo

O projeto, vinculado ao Direito e à Criminologia, analisa o estupro de vulnerável no contexto familiar, previsto no artigo 217-A do Código Penal, uma das mais graves violações à dignidade sexual. A legislação brasileira, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha, garante proteção integral às vítimas, especialmente quando a violência ocorre no ambiente doméstico. O estudo evidencia que o lar, espaço de segurança, muitas vezes se transforma em local de violação, sendo os principais agressores pais, padrastos, avôs e parentes próximos. Essa relação de afeto e hierarquia dificulta a denúncia e perpetua o silêncio. Dados do Ministério da Saúde e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam que 70% dos casos de estupro envolvem crianças e adolescentes, e a maioria dos autores é homem conhecido da vítima. Em 2024, foram registrados 78.463 casos de estupro no Brasil, sendo 88% das vítimas mulheres e 61,6% com até 13 anos. A análise criminológica examinará fatores como poder, dependência e omissão familiar, além das consequências psicológicas e sociais do abuso. Utilizará o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica em Direito Constitucional, Penal, Processual Penal e Criminologia. Desenvolver-se-á entre 2025 e 2026, com leituras, análises e produção de relatórios. Busca-se compreender as origens do estupro intrafamiliar, discutir os mecanismos de proteção e o princípio da dignidade humana, promovendo reflexões críticas e defendendo políticas públicas de prevenção, responsabilização e apoio às vítimas.

Palavras-chave: Estupro de crianças e adolescentes; Violência intrafamiliar; Dignidade; Proteção integral.

5 Graduada do curso de Direito da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - Pesquisadora CNPq – e-mail: helenalzanardo@gmail.com

6 Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, curso de Direito e das Especialização em Direitos Humanos, Líder do Grupo de Pesquisa “Criminologia: Diálogos Críticos; Coordenador Coordenado do Centro de Pesquisa de Ensino, Pesquisa e Educação e Direitos Humanos, extensionista. , Pesquisador CNPq. E Fundect .e-mail: leasij@hotmai.com